

## **Brincar e aprender na diversidade: o papel das atividades lúdicas na construção da inclusão na educação infantil.**

Playing and learning amidst diversity: the role of playful activities in fostering inclusion in early childhood education.

Claudia Maria Ferreira de Lima<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Destaca a inclusão na educação infantil (0-5 anos), que é um direito baseado em princípios de igualdade e desenvolvimento para todos e é necessário para construir uma sociedade mais justa. Referências internacionais (a Declaração de Salamanca, 1994) promovem o direito à inclusão da diversidade, apoiando a visão de que todas as crianças, independentemente de sua deficiência física, deficiência intelectual, status social, saúde mental ou preocupações emocionais, têm direito a receber educação em escolas regulares que estão prontas para aceitar sua diversidade. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9.394/1996), em seu artigo 58, enfatiza ainda mais esse princípio ao conceituar a educação especial como uma modalidade transversal na qual serviços especializados são incorporados aos sistemas educacionais existentes. Diante disso, a justificativa para esta investigação se baseia em práticas pedagógicas que facilitam a inclusão, tendo o brincar como facilitador central. Entrevistas semiestruturadas com dez crianças (agora no ensino fundamental, matriculadas em uma escola inclusiva (2023–2024)) exploraram memórias de jogos, colegas (incluindo aqueles com e sem deficiência) e percepções de diversidade. Os resultados sugerem que a inclusão é mais do

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Psicopedagoga e professora efetiva da Prefeitura da cidade do Paulista - PE. Mestrando em Ciências da Educação na instituição Christian Business School.

que uma presença física, também requer preparação contínua dos professores, um design pedagógico inclusivo embutido e uma cultura escolar que valoriza a solidariedade, um sistema de escuta ativa, bem como respeito. Criticamente, sensivelmente e intencionalmente, a ludicidade constitui um sistema poderoso para integrar conhecimento, socialização, ética e afeto com um resultado abrangente e totalmente participativo. Dessa forma, o brincar apresenta uma representação potente de nossa humanidade comum.

**Palavras Chaves:** Educação inclusiva; educação infantil; preconceito.

## **ABSTRACT**

This study highlights inclusion in early childhood education (ages 0–5) as a fundamental right grounded in principles of equality and comprehensive development for all children, and as an essential condition for building a more just society. International frameworks, particularly the Salamanca Statement (1994), advocate for the right to inclusive education, supporting the view that all children—regardless of physical or intellectual disability, social status, mental health conditions, or emotional challenges—are entitled to receive education in regular schools prepared to embrace diversity. In Brazil, this principle is reinforced by the National Education Guidelines and Framework Law (LDB No. 9.394/1996), which defines special education as a transversal modality integrated into mainstream educational systems through specialized support services. Based on this context, the present study is justified by the need to examine pedagogical practices that foster inclusion, with play identified as a central facilitating element. Semi-structured interviews were conducted with ten children currently enrolled in elementary school (2023–2024) who previously attended an inclusive educational setting. The interviews explored their memories of play activities, peer relationships—including children with and without disabilities—and perceptions of diversity. The findings suggest that inclusion extends beyond physical presence and requires ongoing teacher preparation, embedded inclusive pedagogical design, and a school culture that values solidarity, active listening, and respect. Critically and intentionally, playfulness emerges as a powerful system for integrating knowledge, socialization, ethics, and affection, resulting in meaningful and fully participatory

educational experiences. Thus, play represents a profound expression of our shared humanity.

**Keywords:** Inclusive education; early childhood education; prejudice.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre inclusão na educação infantil tem sido amplamente debatida nos últimos anos, principalmente em políticas públicas e práticas pedagógicas. Que crianças com necessidades especiais e deficiências devem ser colocadas na sala de aula é um direito legal, mas também é praticamente imperativo se quisermos criar uma sociedade mais justa e igualitária. A primeira fase da educação básica das crianças (0-5 anos) nesse sentido faz da educação infantil um lugar privilegiado para estabelecer convivência, diversidade e respeito à diferença.

As crianças devem ter a oportunidade de se desenvolver com outras crianças desde cedo para crescerem juntas, devem desenvolver-se e aprender umas com as outras na companhia de todas as outras pessoas, e devem reconhecer o outro lado, que é natural umas às outras. A Declaração de Salamanca (1994), uma referência internacional sobre educação inclusiva, afirma que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, têm direito à educação em uma escola regular que possa estar disposta a aceitar e promover a diversidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) também complementa esse compromisso no artigo 58, esclarecendo que a educação especial é uma modalidade que abrange todas as etapas da educação básica, prevendo a oferta de atendimento educacional especializado nas redes regulares de ensino. Esta lei demonstra a necessidade de repensar a pedagogia para garantir que nenhuma criança seja excluída do processo educacional desde seus estágios iniciais, mesmo na infância.

Neste cenário, o brincar surge como um recurso pedagógico essencial para a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Como aponta Vygotsky (1989), o desenvolvimento das crianças ocorre principalmente por

meio das interações sociais e do contato com o outro. Nesse sentido, o brincar não deve ser visto apenas como uma atividade recreativa, mas como um espaço de trocas, aprendizagens e construção de sentidos. Já Kishimoto (2008) destaca que jogos e brincadeiras são estratégias eficazes para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, pois estimulam a imaginação, a criatividade e a participação ativa de todas as crianças, favorecendo ainda a socialização e a cooperação entre pares.

Contudo, promover o brincar de forma inclusiva exige planejamento, sensibilidade e compromisso pedagógico. A escola e os educadores precisam adaptar espaços, materiais e atividades para garantir que todas as crianças possam participar das experiências propostas. Crianças com deficiência física, auditiva, visual, intelectual ou mesmo aquelas com transtornos do espectro autista (TEA) e dificuldades específicas de aprendizagem devem encontrar, nas brincadeiras, oportunidades reais de interação e expressão. De acordo com a UNESCO (1994), uma escola inclusiva não se limita a aceitar a presença da diversidade: ela deve criar condições concretas para que todos aprendam juntos, respeitando-se mutuamente.

Além disso, brincar é um direito de todas as crianças e, como afirma Papalia (2016), desempenha papel fundamental no desenvolvimento das competências cognitivas, sociais e emocionais. Por isso, o uso das atividades lúdicas como estratégia pedagógica na educação infantil deve ser intencional e planejado, permitindo que o ato de brincar se transforme em uma ponte entre o conhecimento formal e a construção de valores como o respeito, a solidariedade e a empatia.

Nos últimos anos, o debate sobre a inclusão na educação infantil tem ganhado destaque tanto nas políticas públicas quanto nas práticas pedagógicas das instituições de ensino. A presença de crianças com deficiência ou com necessidades específicas em salas de aula regulares não é apenas um direito garantido por lei, mas também uma condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, a educação infantil, etapa inicial da educação básica que atende crianças de zero a cinco anos, torna-se um espaço privilegiado para a promoção da convivência com a diversidade e o respeito às diferenças.

Desde muito cedo, as crianças devem ter a oportunidade de crescer e aprender juntas, reconhecendo e valorizando as singularidades de cada colega como parte natural do convívio humano

Portanto, este estudo é justificado devido ao impulso de considerar as possíveis práticas pedagógicas que possibilitam a inclusão de crianças com deficiências e outras necessidades particulares no ambiente da educação infantil, utilizando o brincar como principal ferramenta facilitadora. O objetivo do estudo é explorar como as atividades lúdicas podem apoiar o desenvolvimento integral e a socialização dessas crianças, o que, por sua vez, pode promover sua participação ativa nas rotinas escolares e garantir uma educação de qualidade desde os primeiros anos

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi baseada na metodologia de pesquisa qualitativa para esclarecer o papel das atividades lúdicas, jogos e brincadeiras na inclusão na educação infantil e nas habilidades das crianças. Para isso, foi selecionada uma escola pública, reconhecida por adotar práticas inclusivas e atender crianças de múltiplas origens sociais, étnicas e culturais. O estudo foi realizado de 2023 a 2024.

A entrevista semiestruturada foi o principal instrumento utilizado na coleta de dados. Dez crianças no projeto estavam matriculadas no programa de ensino fundamental que haviam frequentado a escola escolhida em anos anteriores. Em um ambiente calmo e acolhedor, as crianças foram entrevistadas individualmente. O objetivo das entrevistas era obter uma visão sobre as memórias dos participantes em relação aos jogos que vivenciaram na escola e a forma como se relacionam com seus colegas, tanto com quanto sem deficiências, bem como como percebem a convivência com a diversidade.

## **CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES DA PESQUISA**

Os alunos entrevistados, com idades divergentes, dos quais apenas três frequentaram a rede particular e sete a rede pública de ensino, seus nomes foram: Thiago, Luiz, Guilherme, Thalles, Alice, Mariah, Giovanna, Amanda, Maria Alice e Maria Clara. Só Thalles e Maria Alice não teve o prazer de

conhecer um universo incluso, não estudou na infância com algum colega com deficiência ou com alguma particularidade, enquanto os outros oitos educandos haviam convivido, com alunos da educação especial, com Thaís, criança com deficiência auditiva que frequentou por vários anos a instituição que foi sujeita a pesquisa e o aluno Gabriel, TEA (transtorno do Espectro autismo).

## **A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A inclusão na educação infantil é um dos maiores desafios e compromissos da educação contemporânea. As escolas, como espaços sociais de aprendizagem, devem ser ambientes acolhedores, que respeitem e valorizem a diversidade entre os alunos, sejam elas físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Nesse cenário, as atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras e dinâmicas, têm se mostrado estratégias eficazes para promover a inclusão, a interação entre as crianças e o desenvolvimento de competências diversas. Ao brincar, a criança aprende, se expressa, se comunica e se relaciona com o outro. Para aquelas que possuem deficiência, transtornos do desenvolvimento ou dificuldades específicas, o brincar pode representar uma ponte para o processo de aprendizagem e socialização.

O ato de brincar é um direito garantido a todas as crianças e uma prática essencial no processo educativo infantil. Mais do que uma simples diversão, o brincar é uma linguagem própria da infância, que contribui para o desenvolvimento emocional, cognitivo, motor e social. Quando inseridas de maneira planejada e intencional no ambiente escolar, as atividades lúdicas podem favorecer a convivência entre crianças com diferentes perfis, ampliando o respeito às diferenças e o senso de coletividade.

As brincadeiras oferecem oportunidades para que as crianças aprendam a cooperar, a esperar sua vez, a resolver conflitos e a reconhecer o valor do outro. Isso se torna ainda mais significativo quando consideramos o contexto da inclusão, em que crianças com necessidades educacionais especiais precisam ser compreendidas e acolhidas por seus colegas e educadores. O brincar, nesse caso, não é apenas uma atividade pedagógica, mas uma ponte para a construção de vínculos afetivos e sociais.

Ao incorporar jogos e atividades lúdicas no planejamento pedagógico, o educador possibilita que todas as crianças, independentemente de suas limitações ou potencialidades, participem de forma ativa e significativa do processo educativo. Por exemplo, jogos de tabuleiro adaptados, brincadeiras coletivas com variações de regras ou dinâmicas sensoriais podem ser ajustadas de acordo com as necessidades dos alunos. Isso contribui para que nenhuma criança se sinta excluída, e reforça a importância da participação de todos.

Além disso, o uso de recursos visuais, materiais concretos, sons e movimentos torna o ambiente mais acessível e favorece o desenvolvimento global da criança. O lúdico é, portanto, uma linguagem que rompe barreiras e promove a aprendizagem de maneira prazerosa e contextualizada. Ao planejar atividades inclusivas, o professor também ensina sobre empatia, solidariedade e respeito mútuo, valores essenciais para a formação cidadã desde os primeiros anos de vida.

Portanto, sabemos que o brincar deve ser reconhecido como um recurso pedagógico valioso na promoção da inclusão escolar. As atividades lúdicas não apenas despertam o interesse das crianças, mas também criam oportunidades reais de aprendizagem e convivência, respeitando os ritmos, as necessidades e as particularidades de cada aluno. Para que isso aconteça, é fundamental que os educadores estejam sensibilizados e preparados para planejar práticas que envolvam todos, garantindo que a ludicidade seja, de fato, uma ferramenta transformadora e inclusiva.

### **ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS:**

Na escola da professora regente, havia uma turma muito especial com oito crianças bem animadas: Thiago, Luiz, Guilherme, Alice, Mariah, Giovanna, Amanda, e Maria Clara, cada um tinha seu jeitinho de brincar, aprender e se expressar. Mas o que deixava essa turma ainda mais diferente e bonita era a forma como todos se respeitavam e aprendiam juntos.

Naquela sala, estudavam também outras crianças que faziam parte do AEE – o Atendimento Educacional Especializado. O Gabriel, que era uma

criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), adorava construir coisas com blocos. Já a Thays, que era surda, se comunicava com Libras e amava desenhar. Eles tinham um espaço especial com a professora regente da turminha, onde aprendiam de um jeito que ajudava ainda mais no seu desenvolvimento, mas também estavam sempre na sala com todos os colegas.

Durante os momentos de brincadeira, aconteciam as melhores aventuras, um dia, a turma inteira montou uma grande cidade de papelão no pátio da escola. Lucas foi o arquiteto, com suas ideias incríveis de como construir casas e túneis. Thays fez as placas e os desenhos das lojinhas. Duda, que era muito observadora, ajudou a traduzir o que a Thays dizia em Libras para os outros entenderem melhor, e assim todos se comunicavam com sorrisos e gestos.

“Eu gosto quando o Gabriel me ajuda a pensar em jeitos diferentes de montar os jogos. Ele sempre vê coisas que eu não pensei!”, disse Alice, encantada.

“E a Thays me ensinou a falar ‘amigo’ em Libras! Agora sempre que chego, faço o sinal e ela sorri pra mim!”, contou Guilherme, feliz. As brincadeiras não tinham regras fixas. A professora adaptava tudo para que todos pudessem participar. Se jogassem amarelinha, faziam uma versão com figuras coloridas para quem tinha dificuldade de ver os números. Se jogassem bola, combinavam um ritmo mais calmo, para que ninguém ficasse de fora.

Thiago, que no início era mais tímido, aprendeu com Gabriel a ser mais paciente. Já Luiz, que era muito agitado, aprendeu com Thays como prestar atenção aos detalhes. A troca era diária, cheia de carinho, afeto e aprendizagem verdadeira.

A professora regente dizia sempre, aqui, todo mundo aprende com todo mundo. O importante é estarmos juntos, respeitarmos as diferenças e nos divertirmos aprendendo. Naquela escola, o brincar era mais do que diversão. Era união. Era escuta. Era cuidado. Os jogos e as brincadeiras viravam ferramentas mágicas para fortalecer amizades, ensinar a esperar a vez, dividir brinquedos, entender os sentimentos dos colegas e, principalmente, ver a beleza em cada jeito de ser criança.

No final do ano, todos fizeram uma apresentação chamada "Nossa Turma é de Todo Mundo", onde mostraram as brincadeiras favoritas e ensinaram sinais em Libras para os pais. Gabriel organizou os blocos de montar no palco, e Thays desenhou um painel colorido com todas as crianças de mãos dadas. E assim, a escola da professora regente ensinava a coisa mais importante que existe, que brincar é aprender a viver junto com respeito, alegria e amor.

## **O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NAS RELAÇÕES INCLUSIVAS NO CHÃO DAS ESCOLAS.**

A inclusão no ambiente escolar é uma responsabilidade coletiva que exige o compromisso das instituições de ensino, dos profissionais da educação e da sociedade como um todo. No contexto da educação infantil e do ensino fundamental, o brincar – por meio de jogos, atividades lúdicas e brincadeiras – se apresenta como uma ferramenta essencial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Quando bem planejadas, essas práticas promovem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais de todas as crianças, especialmente daquelas com deficiência, transtornos ou dificuldades específicas.

As instituições escolares têm um papel fundamental na garantia de um ambiente acolhedor e acessível, que respeite as singularidades dos alunos e proporcione vivências significativas para todos. Para isso, é preciso reconhecer o brincar como uma linguagem universal da infância e um meio potente de aprendizagem e de construção de vínculos. Segundo Kishimoto (2007), a ludicidade na educação não se limita à recreação, mas é um recurso que favorece a criatividade, a socialização e a expressão dos sentimentos das crianças. Dessa forma, ao utilizar atividades lúdicas como parte do processo pedagógico, a escola amplia as possibilidades de participação e pertencimento dos alunos.

Além disso, o brincar compartilhado entre crianças com e sem deficiência promove experiências de convivência que ensinam sobre empatia, paciência, cooperação e respeito às diferenças. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento da criança ocorre por meio das interações sociais, e

o jogo simbólico permite a ampliação das zonas de desenvolvimento proximal, ou seja, aquilo que a criança ainda não consegue fazer sozinha, mas é capaz de realizar com a ajuda de seus pares ou adultos. Nesse sentido, a presença de colegas diversos nas atividades coletivas amplia as oportunidades de aprendizagem mútua, tanto para crianças com necessidades educacionais especiais quanto para aquelas em desenvolvimento típico.

As instituições também são responsáveis por garantir a formação continuada dos educadores, para que eles compreendam a importância da ludicidade e saibam adaptar as atividades de acordo com as necessidades de seus alunos. O uso de jogos com regras flexíveis, recursos visuais, materiais sensoriais e estratégias de comunicação alternativa são algumas das formas de tornar o brincar mais acessível. Segundo Mantoan (2006), a escola inclusiva não deve buscar a normalização dos alunos, mas sim adaptar-se à diversidade, reconhecendo que todos têm direito de aprender, ainda que por caminhos diferentes.

Além do planejamento pedagógico, o papel institucional inclui a criação de uma cultura escolar baseada na solidariedade, no acolhimento e na valorização das diferenças. Para isso, é importante envolver toda a comunidade escolar – direção, professores, equipe pedagógica, famílias e alunos – no compromisso com uma educação que não exclui, mas que transforma as relações por meio do afeto, do diálogo e da escuta.

Logo, se faz necessário compreender que as atividades lúdicas não são meramente momentos de distração ou passatempo. Elas são ferramentas pedagógicas de grande valor para a construção de um ambiente escolar inclusivo, no qual todas as crianças possam desenvolver suas habilidades e estabelecer laços de amizade e cooperação. O brincar, nesse contexto, torna-se um poderoso instrumento de inclusão, pois permite que cada criança seja protagonista de sua própria aprendizagem e participe ativamente da vida escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho apresentou uma reflexão fundamentada sobre o papel das atividades lúdicas como instrumentos facilitadores da inclusão na educação infantil. Ao longo da pesquisa, foi possível observar que o brincar, quando planejado com intencionalidade pedagógica e sensibilidade à diversidade, se configura como uma linguagem universal que aproxima as crianças, favorece a convivência com as diferenças e possibilita o desenvolvimento integral dos alunos – especialmente daqueles com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou dificuldades específicas.

As experiências analisadas demonstraram que a ludicidade, aliada ao compromisso das instituições escolares, torna-se uma poderosa estratégia para fortalecer vínculos, estimular a empatia e garantir o direito de todos à participação. Os relatos das crianças entrevistadas evidenciam o quanto as interações durante as brincadeiras foram significativas para a construção de amizades, o respeito mútuo e o aprendizado em um ambiente verdadeiramente inclusivo. A vivência em uma escola que valoriza o brincar como caminho para a inclusão foi descrita de maneira sensível e espontânea por estudantes que conviveram com colegas como Gabriel (com TEA) e Thays (com deficiência auditiva), indicando que a socialização se deu de forma natural e respeitosa, mediada pela afetividade e pelo acolhimento.

A presença de práticas pedagógicas fundamentadas na ludicidade permitiu que todas as crianças pudessem participar ativamente das atividades escolares, adaptando-se às regras, os espaços e os materiais às necessidades de cada aluno. Conforme apontam autores como Kishimoto (2007), Vygotsky (1998) e Mantoan (2006), o jogo e a brincadeira são mais do que meios de entretenimento: são recursos de ensino-aprendizagem que favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional, motor e social, contribuindo para que o processo educacional se torne mais equitativo e democrático.

O propósito das escolas vai além de apenas ter alunos com deficiências sentados na sala de aula nesse sentido. As escolas devem empreender ativamente a formação contínua de educadores, o planejamento inclusivo e a construção de uma cultura institucional baseada na solidariedade, na escuta ativa e no respeito às diferenças. Os educadores responsáveis devem conhecer e reconhecer seu papel social, para que a escola seja de fato um

espaço de acolhimento, participação e aprendizado para todos, os professores devem ser treinados.

Finalmente, as últimas considerações sugerem que a ludicidade, quando aplicada de forma crítica, sensível e intencional, serve como um meio para unir conhecimento e convivência ética, entre conteúdo e sentimento, entre educação e inclusão e socialização. Afinal, como ficou claro ao longo desta pesquisa, brincar, mais do que uma atividade educativa, é uma expressão da humanidade compartilhada.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Unesco / Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Conferência Mundial de Educação Especial: Acesso e Qualidade. Salamanca, 1994.
- KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2008.
- PAPALIA, D. E. Desenvolvimento Humano. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.
- UNESCO. Declaração de Princípios sobre a Tolerância. Paris, 1994.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 2007.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: jul. 2025.